PLENO DO STF, NO RE 870947/SE, REALIZADO EM 20/09/2017, NO REGIME DE REPERCUSSÃO GERAL. PROVIMENTO DO RECURSO PARA REFORMAR A SENTENÇA E CONDENAR O RÉU A DEVOLVER, DE FORMA SIMPLES, A QUANTIA DE R\$ 233,04 REFERENTE A TAXA DE REBOQUE E DIÁRIA DO PÁTIO, DEVIDAMENTE CORRIGIDA E ACRESCIDA DE JUROS DE MORA A CONTAR DO DESEMBOLSO, BEM COMO AO PAGAMENTO DE R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) PELOS DANOS MORAIS, QUANTIA ESTA QUE DEVERÁ SER CORRIGIDA DESDE O PRESENTE JULGADO E ACRESCIDA DE JUROS DE MORA DESDE O EVENTO DANOSO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

016. APELAÇÃO 0018448-29.2015.8.19.0054 Assunto: Planos de Saúde / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: SAO JOAO DE MERITI 2 VARA CIVEL Ação: 0018448-29.2015.8.19.0054 Protocolo: 3204/2017.00695446 - APELANTE: QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S A ADVOGADO: JACKSON UCHÔA VIANNA OAB/RJ-024697 APELADO: PAOLA MILENA DE OLIVEIRA SANTOS REP/P/S/MÃE KELLY GLACE DE OLIVEIRA SANTOS ADVOGADO: EDMILSON PEREIRA DA SILVA JUNIOR OAB/RJ-075819 APELADO: AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S A ADVOGADO: LEONARDO TURRINI COSTA OAB/RJ-126632 ADVOGADO: LUIZ EDUARDO SAVELLI GOULART DOS SANTOS OAB/RJ-132331 **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Funciona: Ministério Público Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. CANCELAMENTO UNILATERAL DO CONTRATO POR SUPOSTA INADIMPLÊNCIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONDENANDO O 1º RÉU AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO DA RÉ PRETENDENDO SEJA AFASTADA SUA RESPONSABILIDADE. RECURSO QUE NÃO MERECE PROSPERAR. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA, NA MEDIDA EM QUE A RÉ, NA QUALIDADE DE ADMINISTRADORA DOS PLANOS, É A RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS CONSUMIDORES. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA PARTE RÉ, NOS MOLDES DO ART. 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RESCISÃO DO CONTRATO SEM NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DA PARTE AUTORA. DEMANDANTE QUE SE ENCONTRAVA COM AS MENSALIDADES DEVIDAMENTE QUITADAS E MESMO ASSIM TEVE SEU PLANO DE SAÚDE CANCELADO. DANOS MORAIS DEVIDAMENTE CONFIGURADOS. VERBA COMPENSATÓRIA ARBITRADA PELO JUÍZO A QUO EM R\$ 4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS) QUE DEVE SER MANTIDA, À VISTA DOS PARÂMETROS FIXADOS POR ESTE TRIBUNAL PARA SITUAÇÕES ANÁLOGAS. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

017. APELAÇÃO 0008200-27.2015.8.19.0208 Assunto: Declaração de Inexistência de Débito e / Ou da Relação Jurídica / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: MEIER REGIONAL 2 VARA CIVEL Ação: 0008200-27.2015.8.19.0208 Protocolo: 3204/2017.00692471 - APELANTE: FRANCISCO DA FONSECA ADVOGADO: BARBARA DA CONCEIÇÃO LARANJA DOS SANTOS OAB/RJ-135140 APELADO: CLARO S/A ADVOGADO: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA OAB/RJ-110501 ADVOGADO: PATRÍCIA SHIMA OAB/RJ-125212 **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALEGAÇÃO DE QUE A RÉ ESTÁ COBRANDO SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS PELO AUTOR DENOMINADOS "OUTROS SERVIÇOS", A SABER: 'ANA MARIA BRAGA' E 'ASSINATURA NARANYA'. DEMANDA VISANDO: 1) À DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA NO VALOR DE R\$48,00, BEM COMO DAS FATURAS COM VENCIMENTO EM 15/02/2015; 2) AO CANCELAMENTO DAS COBRANÇAS VINCULADAS À LINHA ANTIGA DO AUTOR; 3) À DEVOLUÇÃO, EM DOBRO, DO VALOR DE R\$72,68 DA FATURA COM VENCIMENTO EM 15/01/2015; 4) À CONDENAÇÃO DA RÉ À ABSTER-SE DE INCLUIR O NOME DO AUTOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS AO CRÉDITO, BEM COMO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INCONFORMADA, APELA APENAS O AUTOR PLEITEANDO A MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO, BEM COMO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 20% (VINTE POR CENTO) DA CONDENAÇÃO. RECURSO QUE NÃO MERECE PROSPERAR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DA RÉ INCONTROVERSA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA RÉ, NOS MOLDES DO ART. 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR. NECESSIDADE DE SOCORRO AO JUDICIÁRIO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTIA INDENIZATÓRIA FIXADA EM R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) QUE ATENDE AOS PARÂMETROS ESTABELECIDOS POR ESTE TRIBUNAL EM SITUAÇÕES ANÁLOGAS E ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO EM EXAME. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 343 DESTE TJRJ. QUANTO AOS PLEITO DE MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS, VÊ-SE QUE O PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, SE MOSTRA COMPATÍVEL COM A COMPLEXIDADE E DURAÇÃO DESTE PROCESSO, NÃO MERECENDO REPARO. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

018. APELAÇÃO 0015044-23.2011.8.19.0211 Assunto: Transporte Terrestre / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: PAVUNA REGIONAL 2 VARA CIVEL Ação: 0015044-23.2011.8.19.0211 Protocolo: 3204/2017.00580902 - APELANTE: FRANCIMARA GOMES DIAS ADVOGADO: CRISTINA NASCIMENTO ALVES MOREIRA OAB/RJ-115605 ADVOGADO: ANTONIO MARIA DE JESUS OAB/RJ-157059 ADVOGADO: MARIO CESAR PORTO JORDÃO FREIRE OAB/RJ-084544 APELADO: TRANSPORTO CAMPO GRANDE LTDA ADVOGADO: GERALDINE NEVES SVACINA GONÇALVES DA SILVA OAB/RJ-090567 **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO PROPOSTA EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE SOFRIDO EM COLETIVO DA EMPRESA RÉ. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA. RECURSO QUE NÃO MERECE PROSPERAR. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA NOS FATOS NARRADOS PELA AUTORA, NOTADAMENTE NO QUE TANGE À SUA CONDIÇÃO DE PASSAGEIRA. AUTORA QUE NÃO APRESENTOU PROVA MÍNIMA CAPAZ DE DEMONSTRAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEU DIREITO. ÔNUS QUE LHE CABIA, NA FORMA DO ART. 373, I DO CPC/15. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 330 DO TJRJ. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS DE 02% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, DEVENDO SER OBSERVADO O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA CONCEDIDO À PARTE AUTORA. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

019. APELAÇÃO 0013026-41.2016.8.19.0021 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: DUQUE DE CAXIAS 3 VARA CIVEL Ação: 0013026-41.2016.8.19.0021 Protocolo: 3204/2017.00705961 - APELANTE: BANCO SANTANDER BRASÍLS A ADVOGADO: EDMUNDO NOGUEIRA COELHO OAB/RJ-021504 ADVOGADO: DANIEL LYONS OAB/RJ-118911 APELADO: EVALDO GOMES DA SILVA FILHO ADVOGADO: ATAIDE ROSA DE AZEREDO OAB/RJ-119942 **Relator: DES. CINTIA SANTAREM CARDINALI** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. HIPÓTESE QUE VERSA SOBRE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO RÉU, REFERENTE A BLOQUEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO DE FORMA INJUSTIFICADA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, ARBITRANDO A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL NA QUANTIA DE CINCO MIL REAIS. RECURSO DA PARTE RÉ, PLEITEANDO O JUÍZO DE IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO AUTURAL, QUE NÃO MERECE PROSPERAR. RÉU QUE NÃO SE DESVENCILHOU DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO (ART. 373, I DO NCPC), NÃO APRESENTANDO JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL PARA O BLOQUEIO DO CARTÃO EM TELA, SEM QUALQUER AVISO PRÉVIO AO CONSUMIDOR. TEORIA DO